

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E DOCÊNCIA: DIFICULDADES E CONTRATEMPOS

Paulo Vinícius Frazão¹
Anna Carolina Nascimento da Silva²
Edith Maria Marques Magalhães³

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo avaliar a questão da educação antirracista, quais dificuldades e contratempos encontrados pelos docentes. Enxergamos que muitos encontram dificuldades para abordar essa temática em suas aulas, ou quando o fazem buscam datas específicas como o data da consciência negra. Esse estudo buscou entender o quanto a educação antirracista é invisibilizada não por partes dos docentes, mas pela falta de estrutura ofertada aos mesmos, assim ao investigar as matrizes curriculares de universidades do Rio de Janeiro, sendo duas públicas e duas privadas e saber quais disciplinas ofertadas contribuem para a formação dos futuros docentes do curso de pedagogia, acreditamos que uma educação pauta no antiracismo é extremamente necessária, visto que muitas crianças negras ainda nos dias atuais sofrem com a falta de representatividade de pessoas negras, seja no espaço escolar ou outros ambientes. Realizamos um estudo comparativo da matriz curricular do Curso de Pedagogia da Universidade Iguaçu e com esse estudo valorizar de maneira significativa para uma formação pautada na educação antirracista, onde a mesma sirva de ferramenta pedagógica efetiva dentro do espaço escolar e também fora dele. Assim sendo, após análise quantitativa das matrizes curriculares com o viés antirracista tivemos como premissa não só a abordagem teórica, mas também a implementação de práticas pedagógicas que envolveram toda a comunidade educacional promovendo oficinas antirracistas tendo como principal objetivo promover um espaço de reflexão, aprendizado e ação sobre o racismo e suas diversas formas de manifestação que valorizem a diversidade, promovam o respeito e fortaleçam as relações interétnicas. Por fim, avaliamos os resultados desse estudo na prática, as políticas de inclusão e diversidade, a necessidade do engajamento de toda comunidade escolar e não escolar, com avaliação e reflexão contínua com foco constante aos debates que vierem a surgir, educação para uma educação consciente que atenda a todos.

Palavras-chave: Educação, Educação Antirracista, Dificuldades e Contratempo, Espaço Escolar.

¹ Doutorando do Curso de Pós-Graduação em Humanidades, Cultura e Artes da UNIGRANRIO – RJ; professor.viniusedf@gmail.com

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Iguaçu – RJ annacarolinan025@gmail.com

³ Doutora pelo Curso de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ. edithmagalhaes20@gmail.com;



INTRODUÇÃO

A discussão sobre a educação antirracista no Brasil tem ganhado relevância nas últimas décadas, especialmente a partir das políticas públicas que buscam promover a equidade racial e combater o racismo estrutural presente nas instituições escolares. No entanto, mesmo diante dos avanços legais e teóricos, ainda se observa grande dificuldade na efetivação de práticas pedagógicas que contemplem a diversidade racial e valorizem a cultura afro-brasileira.

Este estudo teve como objetivo avaliar a questão da educação antirracista, investigando as dificuldades e contratempos enfrentados por docentes na abordagem dessa temática. Observou-se que muitos professores, ao tratar do assunto, o fazem apenas em datas específicas, como o Dia da Consciência Negra, o que reforça o caráter pontual da discussão. A pesquisa também buscou compreender em que medida a invisibilidade da educação antirracista decorre da ausência de formação adequada e da falta de estrutura institucional para apoiar os educadores.

Para tanto, foi realizada uma análise das matrizes curriculares de quatro universidades do estado do Rio de Janeiro — duas públicas e duas privadas — com foco nos cursos de Pedagogia, identificando as disciplinas que contribuem para a formação docente pautada no antirracismo. O estudo teve como recorte principal a Universidade Iguaçu, cujas práticas e currículos serviram de base para a reflexão sobre como uma educação antirracista pode se consolidar como ferramenta pedagógica efetiva dentro e fora do espaço escolar.

Assim, este artigo apresenta uma síntese teórica sobre a educação antirracista, discute os caminhos metodológicos utilizados, expõe os resultados obtidos e traz considerações sobre o papel do docente na promoção de uma educação consciente, inclusiva e plural. Como conclusão, evidencia-se a necessidade de políticas institucionais e práticas pedagógicas permanentes que promovam o respeito à diversidade e o fortalecimento das relações interétnicas no ambiente escolar.



METODOLOGIA

A presente pesquisa configurou-se como um estudo quanti-qualitativo, de caráter descritivo e comparativo, voltado à compreensão das práticas e percepções docentes acerca da educação antirracista. O percurso metodológico foi estruturado em três etapas complementares.

Na primeira etapa, realizou-se um levantamento documental das matrizes curriculares de quatro universidades situadas no estado do Rio de Janeiro, sendo duas públicas e duas privadas. Essa análise teve como objetivo identificar disciplinas e conteúdos voltados à diversidade, às relações étnico-raciais e à valorização da cultura afro-brasileira, bem como compreender de que maneira tais componentes contribuem para a formação inicial dos futuros docentes.

A segunda etapa consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com professores dos cursos de Pedagogia dessas instituições. As entrevistas buscaram compreender as percepções, experiências e desafios enfrentados pelos docentes ao abordar o tema do antirracismo em suas práticas pedagógicas, bem como identificar as limitações institucionais e formativas que dificultam a implementação de uma educação antirracista efetiva.

Por fim, a terceira etapa compreendeu o desenvolvimento de oficinas pedagógicas na Universidade Iguaçu, voltadas à formação continuada de professores e à promoção de práticas educativas antirracistas no espaço escolar. As oficinas possibilitaram momentos de reflexão e partilha de saberes, contribuindo para o fortalecimento de uma postura crítica e engajada entre os participantes.

A coleta e a análise dos dados respeitaram os princípios éticos da pesquisa em educação, sendo os participantes informados e convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O material obtido foi examinado à luz da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), o que possibilitou a identificação de categorias temáticas e a sistematização dos achados empíricos, orientando a discussão dos resultados.



REFERENCIAL TEÓRICO

A educação antirracista configura-se como um campo teórico e prático comprometido com a desconstrução do racismo estrutural que permeia as instituições educacionais e a sociedade em geral. De acordo com Gomes (2005), a escola desempenha um papel central na constituição das identidades e na valorização das diversidades culturais, devendo ser compreendida como um espaço de resistência e de transformação social. Nesse contexto, o ambiente escolar assume a responsabilidade não apenas pela transmissão de conhecimentos, mas também pela promoção de práticas pedagógicas que questionem e superem as desigualdades raciais historicamente consolidadas.

A promulgação da Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas do país, constitui um marco significativo na política educacional brasileira. Contudo, conforme destacam Cavalleiro (2001) e Munanga (2010), a implementação efetiva dessa legislação requer uma formação docente crítica e reflexiva, capaz de compreender as dimensões históricas, culturais e políticas do racismo, bem como a necessidade de revisão e ressignificação dos currículos escolares, frequentemente pautados em perspectivas eurocêntricas.

Sob a perspectiva freireana, a educação deve ser compreendida como um ato de libertação e conscientização (FREIRE, 1996). Assim, a prática pedagógica antirracista transcende a mera transmissão de conteúdos, configurando-se como um compromisso ético, político e pedagógico voltado à emancipação dos sujeitos e à construção de uma sociedade mais justa, democrática e plural. Nesse sentido, o papel do educador é o de mediar processos formativos que promovam o reconhecimento, o respeito e a valorização das identidades étnico-raciais, contribuindo para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciaram que apenas 25% das disciplinas ofertadas pelas universidades analisadas contemplavam, de maneira explícita, conteúdos voltados à diversidade étnico-racial. Observou-se, ainda, que, em grande parte das instituições, a temática é abordada de forma transversal e não sistematizada, sem a definição de carga



horária específica ou objetivos pedagógicos claros, o que contribui para sua invisibilidade no processo de formação docente. Tal cenário reforça a persistência de uma lacuna entre as diretrizes legais e a prática educacional, indicando a necessidade de políticas institucionais mais consistentes.

A análise qualitativa das entrevistas com docentes possibilitou a identificação de três categorias centrais:

1. **Falta de formação específica:** a maioria dos participantes relatou não ter recebido, durante a graduação, qualquer tipo de capacitação voltada à educação antirracista, o que limita a construção de práticas pedagógicas fundamentadas na valorização da diversidade.

2. **Insegurança pedagógica:** emergiu entre os entrevistados o receio de abordar a temática racial de maneira inadequada, revelando lacunas tanto na formação inicial quanto na formação continuada dos professores.

3. **Ausência de políticas institucionais:** constatou-se a carência de projetos, programas e recursos voltados à promoção da diversidade racial, o que fragiliza as ações de enfrentamento ao racismo nas instituições de ensino superior.

As oficinas formativas desenvolvidas com os docentes demonstraram potencial transformador significativo, refletido no aumento do engajamento dos participantes e na ampliação da compreensão sobre práticas pedagógicas inclusivas. Verificou-se que a elaboração de um currículo que dialogue com as realidades dos estudantes negros e promova o reconhecimento de suas identidades constitui um elemento essencial para a consolidação de uma educação antirracista efetiva e emancipatória, valorizando suas identidades e experiências

Esses achados corroboram as reflexões de Gomes (2012), ao enfatizar que a formação docente deve ultrapassar o domínio teórico e englobar ações práticas e reflexivas de enfrentamento ao racismo. A integração de atividades formativas, projetos de extensão e espaços de diálogo sobre diversidade étnico-racial revela-se fundamental para o fortalecimento das relações interétnicas e para a construção de uma cultura escolar pautada na equidade, no respeito e na justiça social. E ainda, essa constatação converge com as proposições de Freire (1996), que entende a educação como um ato político de libertação, e de Gomes (2012), que defende a indissociabilidade entre formação crítica e prática emancipatória.



De modo geral, os resultados apontam para a urgência de uma formação docente contínua e crítica, que articule teoria e prática e favoreça o enfrentamento das desigualdades raciais no espaço educacional. A incorporação de projetos de extensão, atividades interdisciplinares e momentos de reflexão coletiva sobre as relações étnico-raciais pode contribuir para o fortalecimento da consciência crítica dos educadores e para a construção de uma escola efetivamente comprometida com os princípios da justiça social, da equidade e do reconhecimento da diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa reafirma que a educação antirracista é condição indispensável para a construção de uma sociedade democrática, plural e comprometida com a justiça social. A análise dos dados evidencia lacunas significativas na formação docente e nas políticas institucionais voltadas à promoção da equidade racial, o que demonstra a persistência de práticas e discursos que, ainda que de forma velada, reproduzem o racismo estrutural no espaço escolar. Tais constatações reforçam a urgência de revisões curriculares que integrem a história e a cultura afro-brasileira e africana de modo transversal, conforme orienta a Lei nº 10.639/2003, e de investimentos consistentes em formação inicial e continuada de professores.

Compreende-se, assim, que a implementação de práticas pedagógicas antirracistas não se restringe ao cumprimento de dispositivos legais, mas exige uma transformação epistemológica e ética da escola enquanto instituição social. É necessário que o ambiente escolar se constitua como espaço de diálogo, reconhecimento e valorização das identidades negras, rompendo com paradigmas eurocêntricos e monoculturais que historicamente orientaram o currículo e as relações pedagógicas. Nesse sentido, o compromisso com a educação antirracista demanda uma ação coletiva, crítica e permanente, envolvendo todos os sujeitos da comunidade escolar, sendo necessário repensar a função social da escola como espaço de diálogo, respeito e valorização das identidades negras.

Sugere-se que futuras pesquisas ampliem a discussão para outras regiões do país e diferentes níveis de ensino, de modo a aprofundar a compreensão sobre os desafios e as



potencialidades da educação antirracista no contexto brasileiro contemporâneo. Investigações que articulem dimensões teóricas e práticas poderão contribuir para o fortalecimento de políticas públicas e práticas pedagógicas comprometidas com a construção de uma escola efetivamente inclusiva, democrática e antirracista.

Por fim, avaliamos os resultados desse estudo na prática, as políticas de inclusão e diversidade, a necessidade do engajamento de toda comunidade escolar e não escolar, com avaliação e reflexão contínua com foco constante aos debates que vierem a surgir, educação para uma educação consciente que atenda a todos sem distinção.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

CAVALLEIRO, E. *Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2001.

CAVALLEIRO, E. (org.). *Racismo e antirracismo na educação*. São Paulo: Summus, 2005

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, N. L. *Educação, identidade negra e formação de professores*. In: GOMES, N. L. *Educação, relações étnico-raciais e formação docente*. Revista Brasileira de Educação, n. 19, p. 23–35, 2012.

GOMES, Nilma Lino. *Educação, identidade negra e formação de professores*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GONÇALVES, Petronilha Beatriz; SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. *O trabalho com a temática “História e Cultura Afro-Brasileira” na escola*. Brasília: MEC/SECAD, 2000.



MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 2010.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

